



Enfim, chegou a hora da verdade. O legado de quase duas décadas de autoritarismo, que se quis justificar por suposta competência no manejo da economia, é uma crise sem precedentes na história do Brasil moderno.

O desarranjo profundo da vida econômica tem efeitos imediatos e ampliados no plano social. O motim dos desempregados em São Paulo, no último abril, não foi senão súbita condensação, em desespero coletivo, do mal-estar que começa a tomar conta de nossas grandes cidades, onde se multiplicam, a olho nu, pedintes, biscateiros, ambulantes, pobres de todos os tipos.

Não é para menos. O país mergulha de cabeça na crise, sem contar com instrumentos capazes de amenizar seu impacto sobre as condições de existência dos que formam a base da pirâmide social. O que é particularmente grave quando a desorganização da atividade econômica, exacerbada por políticas econômicas teimosamente recessivas, se traduz em queda dramática dos salários reais e em crescente desemprego, aberto ou disfarçado em inchaço do setor informal. Como se sabe, inexistem qualquer tipo de auxílio ao trabalhador desempregado, além do magro pecúlio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. E estão em crise, também, as formas indiretas de complementação da renda dos assalariados, por meio de serviços e benefícios sociais, tais como saúde pública e assistência médica, previdência social, habitação popular, transportes coletivos.

Naturalmente, existe sempre um remédio conservador, de direita, para lidar com as tensões sociais potenciadas pela recessão: o garroteamento das liberdades públicas de maneira a impedir a cristalização de movimentos coletivos de protesto e demanda. E seria ingênuo pensar que o recurso a essa medicina esteja totalmente descartado do horizonte de possibilidades que se oferecem ao país. Basta ler certa imprensa para constatar como é vivo e impudente o *ethos* conservador, para o qual o problema social é e sempre será questão de polícia.

Para que esse estado de espírito, tão disseminado entre nossas elites, não termine por encontrar a guarda pretoriana capaz de materializá-lo, novamente, em forma de governo, outras soluções devem ser capazes de vencer a perplexidade e a indecisão que paralisam o conjunto dos atores políticos.

A história dos países ocidentais democráticos, para além de um sem número de diferenças, chama a atenção para dois fenômenos que se repetem com notável regularidade. Em primeiro lugar, em todos eles o reconhecimento dos direitos sociais acompanhou de perto o processo de democratiza-

ção dos sistemas políticos liberais. A cidadania política e a cidadania social expandiram-se juntas e terminaram por se constituir em condição e em garantia de existência uma da outra. Em segundo lugar, os momentos de intensa crise econômica foram, também, aqueles de grandes saltos no reconhecimento ou extensão dos direitos sociais.

No Brasil, apenas o segundo fenômeno se repetiu. Também aqui, os períodos críticos de 1929 a 1933 e 1963 a 1967 caracterizaram-se pela multiplicação das políticas governamentais de cunho social. Entretanto, na história brasileira, cidadania social e cidadania política se desentenderam. Seguiram curso próprio e, em certa medida, divergente. As políticas sociais floresceram sob o autoritarismo de Vargas, primeiro, e, depois, dos militares. Os direitos sociais se afirmaram quando os direitos civis e políticos foram suprimidos.

Os resultados todos conhecemos. Nos anos 30, a consagração das leis sociais, limitada aos trabalhadores urbanos ocupados no mercado de trabalho formal, teve como contrapartida o controle estatal sobre os sindicatos e a imposição de um modelo corporativista de gestão das políticas sociais, que acentuou as disparidades, o clientelismo e os privilégios. No pós-64, a expansão notável dos recursos, instituições e programas ditos sociais se fez, com frequência, segundo critérios de "eficiência" e lucratividade, totalmente alheios aos princípios de redistribuição e equidade, capazes de conferir conteúdo propriamente social a um conjunto de políticas públicas. Um *Estado do Mal-estar Social* foi a resultante perversa do divórcio entre cidadania política e cidadania social. O BNH e a Previdência são suas obras mais conspícuas.

Em certo sentido, a reconciliação entre as duas cidadanias é o desafio posto para os que buscam uma resposta não conservadora — e autoritária — para a crise presente. O que é fácil de falar e difícil de fazer. Particularmente, quando o descalabro econômico, que acirra os ânimos, restringe o leque das alternativas exequíveis. E quando se sabe que, mesmo decididamente enfrentada, a crise é de superação demorada e penosa.

Mas, tão importante como a consciência das limitações reais, criadas pelo estrangulamento econômico, é a clareza sobre os direitos sociais e as instituições democráticas que, a despeito das vicissitudes presentes, se quer assegurar para atingir a cidadania plena. O destino do processo de democratização depende, em boa medida, da possibilidade de fazer dos direitos sociais, fundados na equidade, o princípio vertebrador das novas políticas econômicas. Ou seja, da capacidade que se tenha de virar pelo avesso a herança autoritária.